

Prefácio

A obra de Duarte Pimentel caracteriza-se pela sua clareza na exposição das diferentes abordagens da empresa, tornando-a um precioso manual tanto para os docentes como para os estudantes, tanto mais que a apresentação pedagógica de questões e de estudos de caso acentua a acessibilidade daquele propósito. É sem dúvida um livro que está, assim, destinado a conhecer uma difusão junto de todos aqueles que desejam melhor compreender a complexidade dos universos do trabalho contemporâneo apoiando-se numa síntese particularmente clara das grelhas de análise disponíveis.

A primeira parte é composta por três capítulos, mostrando como a empresa pode ser considerada como uma organização, detalhando, de seguida, os modelos organizacionais bem como as estruturas e os sistemas que foram identificados pelos autores clássicos. A segunda parte, evidencia as perspectivas sociológicas mais recentes, sendo os quatro capítulos centrados na análise do poder, no desenvolvimento económico e social, nas mutações técnicas e nas aprendizagens culturais, respectivamente. Enfim, a terceira parte apresenta os principais métodos de diagnóstico e de intervenção, seguidos de um inventário de 145 monografias, realizadas entre 1995 e 2009, e de uma bibliografia muito completa que inclui a referência daquelas.

Desde a introdução, é a empresa reabilitada que o autor nos apresenta. Com efeito, a análise das organizações reagui, simultaneamente, contra a ilusão de uma organização «científica» do trabalho optimizado, e contra uma sociologia centrada na alienação. Aquela restaurou a ideia da empresa como um lugar de autonomia relativa e na qual o sistema social não pode ser nem abordado unica-

mente a partir das ciências da «engenharia» nem reduzido somente à reprodução das relações de classe. Assim, a análise da contingência distancia-se da procura da melhor organização preconizada pelo taylorismo e distingue-se do evidenciar da exploração praticada pelo marxismo. Esta insiste na adaptação à envolvente e, a sua articulação com a análise sociotécnica, desemboca na identificação de configurações estruturais, popularizadas por Henry Mintzberg (1995), que não relevam de um modelo unico de produção.

Todas estas abordagens correm o risco, por vezes, como notou Marc Maurice, de reforçar na análise a oposição entre o externo e o interno, «considerando a sociedade como constituindo o exterior da empresa, e a propósito da qual a empresa deveria ter estratégias de adaptação ou de controlo» (Maurice, 1990, p. 326). Deste ponto de vista, a análise estratégica, promovida por Michel Crozier e Ehrard Friedberg, demarca-se de uma atenção dada aos mercados e às técnicas para atribuir mais importância ao jogo de actores, ultrapassando a estrutura formal por uma realidade informal através dos sistemas de acção concretos. Renaud Sainsaulieu aprofundou esta orientação interessando-se não apenas pelos actores mas também pelos sujeitos (Ollivier, 1996), identificando as bases culturais e identitárias através das quais se pode elaborar um sentido para a acção individual e colectiva. Por esta via, torna-se possível abrir caminho para uma compreensão da inovação, da criação e da mudança institucionais. Um novo impulso é dado a uma sociologia das organizações precedentemente marcada pelo funcionalismo e mesmo pela negação do princípio da dominação, como observou Philippe Scieur (2005, cap. IV, p.101–131).

Segundo este entendimento, a reabilitação da empresa acima mencionada assevera-se paradoxal. No momento em que os estudos que acabam de ser citados se difundiam de uma forma cada vez mais alargada, e sensibilizavam para a diversidade gestonária, uma ideologia de management, portadora de uma uniformização, impôs-se na sequência do consensus de Washington. O desejo de competitividade foi reafirmado por uma apreensão financeira da performance, da eficácia e da eficiência. Esta visão «contabilística» da empresa estendeu-se aos serviços públicos, sendo o fenómeno da privatização substituído pela adopção das regras de um «New Public Management», importado das empresas privadas. As análises sociológicas ficaram, pois, aprisionadas pelo dogmatismo da governança da empresa preconizando a adopção das mesmas técnicas em todas as organizações. Neste contexto inédito, o contributo sociológico releva muito menos do registo da resistência a um pensamento gestonário reductor do que do sublinhar da variedade das construções organizacionais e da ausência de determinismo económico. A pluralidade das formas e lógicas socio-económicas

torna-se, então, um enjeu de conhecimentos essencial para uma oposição a esta ilusão da sociedade de mercado que conduziu à crise sistémica actual. Num país como Portugal, onde existe um tecido de 760 000 empresas composto por cerca de 98% de micro, pequenas e médias empresas, é preciso reconstituir a realidade concreta das empresas ocultada pelos procedimentos de gestão estandardizados dos actores. Quando se acrescenta a esta heterogeneidade das empresas a presença de municipalidades (autarquias) e de associações (instituições particulares de solidariedade social — IPSS), torna-se mesmo necessário prolongar as intuições de Renaud Sainsaulieu, e de não nos focalizar-mos unicamente sobre a dimensão organizacional das entidades productivas, já que é igualmente de estudar a sua dimensão institucional.

A sociologia das organizações esteve centrada nos estabelecimentos industriais, mas esta não pode, de agora em diante, ocultar a lógica institucional que se exprime: pelo estatuto jurídico das entidades productivas; pelo peso dos detentores de capitais nas decisões, e que não é idêntico numa multinacional e numa pequena empresa; e, quanto aos serviços públicos e associativos, estes são portadores de estruturas que possuem uma originalidade no plano dos seus direitos de propriedade que a análise deve ter em conta. Por outro lado, se a actividade económica está sujeita às contingências do mercado, esta exerce-se também num quadro institucional, isto é, num conjunto de regras e de normas que participam na formatação da actividade, como o mostrou o neo-institucionalismo sociológico com o conceito de isomorfismo institucional (Di Maggio, Powell, 1993).

Cruzar as dimensões organizacional e institucional é também favorecer o diálogo interdisciplinar. Deste modo, as pesquisas sobre a empresa de Duarte Pimentel e dos seus colegas podem ser postas em diálogo com os estudos sobre o desenvolvimento local e a economia solidária (*Revista Critica de Ciencias Sociais*, n.º 84), levados a cabo, na mesma universidade, por Rogério Roque Amaro. É, assim, ao mesmo tempo, uma síntese preciosa que nos dá esta obra, mas também a promessa de futuras colaborações.

Paris, fevereiro 2011
Jean-Louis Laville